

O (De)embate da Cientificidade de Pesquisas Qualitativas na Administração: uma questão superada?

GEORGIANA LUNA BATINGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

BRUNO MEDEIROS ÁSSIMOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

O (De)embate da Cientificidade de Pesquisas Qualitativas na Administração: uma questão superada?

1. Introdução

A elaboração de uma pesquisa científica carrega implicitamente escolhas e definições que integram as estratégias de pesquisas e seus propósitos metodológicos e configuram o caminho que conduz ao acesso a informação e a construção do conhecimento, objetivos inerentes a trabalhos desta natureza. Nas Ciências Sociais há um variado e vasto número de possibilidades, sobretudo no contexto dos métodos e técnicas que podem ser utilizados a fim de privilegiar o acesso ao conhecimento e a informação. Existe, no entanto, uma opção primeira que se situa ao nível do paradigma de investigação privilegiado pelo pesquisador. Essa escolha reflete sua forma de enxergar o mundo e do fazer científico reconhecido e aceito por seus pares (KUHN, 1962), e funcionam como lentes, por meio das quais enxerga o mundo e conduz sua pesquisa, acatando todos os seus fundamentos filosóficos, de modo explícito ou implícito (BURRELL; MORGAN, 1979). Reflete ainda suas crenças e convicções e orientam a escolha e definição dos pressupostos epistemológicos e metodológicos de seu estudo (GUBA; LINCOLN, 1994), afinal, os sujeitos conhecem, pensam e agem conforme os paradigmas que são culturalmente neles inscritos (MORIN, 2002).

No entanto, a suposta liberdade científica atribuída ao pesquisador parece conduzi-lo a um lugar um tanto obscuro, onde a discussão envolvendo, tanto questões atinentes às decisões sobre paradigmas das Ciências Sociais (BURRELL; MORGAN, 1979), quanto o debate entorno da polarização na escolha entre as abordagens quantitativa e qualitativa, parece não ter sido inteiramente superados na Administração, embora seja possível afirmar que algumas áreas dentro da disciplina demonstrem um avanço nessa discussão. No entanto, ainda é possível observar trabalhos sérios, frutos ou não de pesquisas de mestrado e doutorado, sendo rejeitados em eventos técnico-científicos e periódicos, em função da “fraqueza” da abordagem adotada, deparando-se com avaliações que apresentam como sugestão aos autores refazer a pesquisa com dados quantitativos. Termos que violam a liberdade de escolha do pesquisador e acabam reforçando a reprodução hegemônica na academia, moldando um modo de fazer ciência circunscrito em uma herança positivista da prática científica vigente no campo.

Essa constatação ganha sentido quando se considera que a utilização de pesquisas qualitativas ainda tem sido alvo de críticas e questionamentos quando avaliadas sob a ótica de critérios clássicos de cientificidade, orientadas por crenças positivistas. Os resultados de estudos qualitativos, por vezes, são reconhecidos como frágeis e incertos, e essa concepção apoia-se, sobretudo, pelo fato de sua análise ser conduzida pelo pesquisador, que assume protagonismo na condução e interpretação de textos, sons, imagens e, em alguns casos, na linguagem não-verbal (DENZIN; LINCOLN, 2006; GASKELL; BAUER, 2002; PAIVA JÚNIOR, LEÃO; MELO, 2007; GROULX, 2008).

A discussão acentua-se quando a questão é conduzida sobre a possibilidade de generalizar conhecimentos oriundos de estudos que utilizam perspectivas paradigmáticas e metodológicas divergentes ao positivismo (DENZIN e LINCOLN, 2000; MATTOS, 2011). Historicamente, o estudo de Durkheim sobre suicídio é considerado um marco nas Ciências Sociais, pois nele o autor demonstra como as práticas científicas desenvolvidas para avaliação dos fenômenos da natureza, amparadas na racionalidade de August Comte e nos pressupostos do positivismo, podem ser utilizadas para apreensão de conhecimentos sobre aspectos da vida social (DURKHEIM, 1990). Contudo, ainda assim, há uma série de questões de natureza social

que dificilmente podem ser acessadas por meio do positivismo, conforme defende Weber (1979; 1992).

É importante lembrar que a decisão por uma abordagem de pesquisa é definida, sobretudo, pela posição epistemológica do pesquisador, como destacado anteriormente, que fundamenta sua postura filosófica frente ao objeto de pesquisa, a escolha do método, procedimentos de coleta e análise dos dados. Mas, para além das diferenças epistemológicas, um debate ainda mais acirrado paira sobre os estudos científicos, e diz respeito a confiabilidade, a validade e a possibilidade de generalização de seus achados. Isso ocorre principalmente porque, para alguns autores, o principal objetivo de um achado científico deve ser a entrega de teorias de longo alcance, ou seja, teorias com princípios comuns que transcendem situações particulares e podem extrapolar do conhecido para o desconhecido (COLLINS, 1975). Dessa forma, ao abordar o tema que trata de confiabilidade, validade e generalizações em pesquisas qualitativas, deslumbra-se um cenário ainda mais conflituoso e nebuloso, pois o entendimento sobre o critério de cientificidade em estudos qualitativos ainda é um debate que carece de discussões direcionadas.

Reconhece-se que um conflito de opiniões ainda persiste, o que estabelece o vigente debate sobre o tema. Correntes contrárias a aplicação de tais critérios a pesquisas qualitativas vêm sendo construídas e se modificando ao longo do tempo. Segundo Flick (2004), inicialmente a proposta que prevalecia era de que os critérios clássicos utilizados nas pesquisas quantitativas fossem adotados na pesquisa qualitativa, sendo eles: confiabilidade, validade e objetividade. Para a autora, parece claro que a confiabilidade dos dados, calcada em procedimentos tradicionais, como estabilidade de dados e resultados alcançados a partir de coletas repetidas, seriam inúteis para avaliar dados qualitativos.

Por exemplo, a repetição idêntica de uma narrativa em diversas entrevistas indica mais uma versão “construída” do que a confiabilidade do que foi contado nos depoimentos. De modo geral, tais discussões caminham em duas direções distintas: se por um lado há autores que negam os pressupostos do positivismo e aderem a outras filosofias epistemológicas (STAKE; TRUMBULL, 1982; BRUNI, 2005; EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999; MYERS, 2000), por outro, há autores que buscam enquadrar seus estudos nos pressupostos do positivismo e os discutem conforme seus próprios critérios, como por exemplo, a validade interna e externa de construto e confiabilidade (YIN, 2001; LATHER, 1986; PAIVA JÚNIOR, LEÃO; MELLO, 2011).

Neste sentido, a discussão suscita alguns questionamentos, tais como: seriam os critérios clássicos de validade aplicáveis também as pesquisas qualitativas? Existiriam outros critérios e procedimentos para validação de pesquisas qualitativas? Até que ponto os resultados de qualitativas seriam confiáveis e válidos? Por fim, as pesquisas qualitativas precisariam submeter-se a tais procedimentos? Esses questionamentos definem o objetivo desse estudo de apresentar uma reflexão acerca da hegemonia do paradigma dominante que ainda persiste no campo e do lugar da abordagem qualitativa na Administração, assim como o respeito à liberdade de escolha do pesquisador. Para atender ao objetivo traçado recorreremos a uma revisão da literatura sobre o tema com uma apresentação de estudos clássicos e das principais contribuições. Cabe ressaltar que a proposta deste estudo não é apresentar respostas definitivas ao debate, mas apresentar uma contribuição ao conjunto de estudos que se esforçam para responder aos questionamentos expostos anteriormente.

Dessa forma, esse artigo está estruturado em apresentar inicialmente o debate sobre a cientificidade na pesquisa qualitativa, por meio de um resgate dos principais debates realizados por autores reconhecidos no campo, em seguida retomamos o debate sobre generalizações em pesquisas qualitativas, por fim, fizemos um debate sobre as contribuições dos principais estudos sobre o tema na seção que nomeamos de à guisa da conclusão, pois entendemos que este estudo não tem consegue fechar a questão.

2. O debate sobre a cientificidade na pesquisa qualitativa

A busca de explicações para os diversos fenômenos e mecanismos que cercam a humanidade se constitui como o principal objetivo da ciência e a crença que sustenta a cientificidade é a busca por teorias científicas que apresentem maior poder explanatório e que encontrem princípios comuns que transcendem situações particulares e têm poder de extrapolar, do conhecido para o desconhecido (COLLINS, 1975). A busca de teorias tem sido uma atividade central da ciência, contudo, o que se nota é a predominante valorização de teorias que possam ser generalizadas. E, frente ao ideal da generalização, verifica-se nas Ciências Sociais um incansável debate sobre validade, confiabilidade e aplicabilidade dos conhecimentos desenvolvidos a partir de empreendimentos científicos que utilizam métodos ou assumem paradigmas divergentes ao positivismo (EISENHARDT, 1998).

Acerca do extenso debate realizado principalmente a partir da década de 1970 (SANTOS, 2010), sobre o processo de elaboração e construção do conhecimento, assim como dos diferentes, legítimos e reconhecidos posicionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, sobre os quais remete-se uma extensa bibliografia. Na Administração, as discussões epistemológicas são comumente pautadas a partir do texto *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* de Burrell e Morgan (1979). O modelo elaborado pelos autores apresenta duas dimensões: a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical, que se movimentam pela oposição entre objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama com quatro paradigmas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical. A construção deste modelo recorre a pressupostos acerca da natureza das ciências sociais, nos debates ontológico (realismo vs nominalismo); epistemológico (positivismo x antipositivismo); da natureza humana (determinismo x voluntarismo) e o metodológico (teoria nomotética x teoria ideográfica). Outro trabalho de referência para o campo é dos autores Guba e Lincoln (1994), que apresentam outra proposta distribuídos em quatro paradigmas: positivismo, pós-positivismo, teoria crítica e construtivismo, em texto anterior a este, estes mesmos autores (1990) se referem a apenas dois grandes paradigmas: o paradigma naturalista e o paradigma racionalista.

Em torno do tema, acompanham preocupações acerca da legitimidade científica do texto e das regras estruturais que o caracterizam com questionamentos, tais como: O que define e do que se constitui um trabalho científico? Eleger um tema de pesquisa inédito? Identificar lacunas em temas já estudados? Observar aspectos que não foram vistos em temas já estudados? Enxergar o que já foi visto e articular dimensões que não foram compreendidas? Observar sistematicamente novos indícios sobre fenômenos já estudados com vistas a compreender suas transformações? Reunir escolhas e definições que possam refletir com veracidade e coerência, concepções e posicionamentos filosóficos acerca da realidade, da verdade e do mundo, orientados pela natureza do problema em questão e pelas experiências pessoais do pesquisador? Estabelecer uma relação direta com o público que se deseja atingir? Responder à pergunta norteadora? (CRESWELL, 2010).

Quando o debate é direcionado a abordagem escolhida para a condução do estudo, as principais críticas são direcionadas aos estudos qualitativos, pela suposição de que tais métodos sejam impregnados de subjetivismo e que seu caráter idiossincrático impossibilita a obtenção de resultados generalizáveis. Em relação à subjetividade, o envolvimento com o objeto de estudo e o processo de interpretação das evidências são criticados pelos pesquisadores inspirados nas ciências da natureza, que primam pela isenção do investigador (observador externo) e pela objetividade envolvida em todo processo de tratamento dos dados. Além disto, os critérios para seleção de casos e de entrevistados divergem dos procedimentos de amostragem adotados pela corrente positivista, o que lhes garante a possibilidade de

generalização estatística (YIN, 1981; EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999; JUNIOR, LEÃO e MELLO, 2011; MYERS, 2000).

Para Denzin e Lincoln (2006), os pesquisadores que se identificam com essa abordagem utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, com a finalidade de conseguirem compreender melhor o mundo social em que se inserem e o tema escolhido. Além disso,

[...] a pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas [...]. Tem um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 21).

As principais críticas aos estudos qualitativos são oriundas da suposição de que tais métodos sejam impregnados de subjetivismo e que seu caráter idiossincrático impossibilita a obtenção de resultados generalizáveis. Em relação à subjetividade, o envolvimento com o objeto de estudo e o processo de interpretação das evidências são criticados pelos pesquisadores inspirados nas ciências da natureza, que primam pela isenção do investigador, que deveria atuar como um observador externo, e pela objetividade envolvida em todo processo de tratamento dos dados. Por outro lado, há autores que propõem a utilização de critérios oriundos no positivismo para avaliação e validação dos conhecimentos adquiridos por meio de estudos qualitativos (YIN, 2001; PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). Tais estudos podem se utilizar de diversos “mecanismos” para minimizar seu caráter subjetivo e impreciso, com vistas a alcançar níveis aceitáveis de confiabilidade e validade.

Relembrando alguns trechos desse debate, no período que compreende o final da década de 1970 e início da década de 1980, um clássico exemplo ocorreu entre Yin (1981) e Miles (1979). Para Miles (1979), as análises qualitativas não são norteadas de racionalidade e, portanto, não seriam científicas. O autor afirma que caso os esforços metodológicos de pesquisas qualitativas aplicadas às organizações não sejam renovados, tais estudos não passariam de uma simples narrativa de histórias. Em resposta, Yin (1981) desconstrói as críticas aos métodos qualitativos e apresenta uma série de recomendações sobre como conduzir estudos desta natureza com resultados confiáveis. O autor reconhece que os métodos qualitativos, à época, ainda se constituíam como uma novidade no campo das pesquisas organizacionais e que, portanto, mereciam maior atenção quanto ao seu desenvolvimento e aplicação. De um modo geral, nota-se que tais discussões caminharam basicamente em duas direções distintas. Se por um lado há autores que negam os pressupostos do positivismo e defendem o uso de outras filosofias epistemológicas aplicáveis as pesquisas qualitativas (STAKE e TRUMBULL 1982; BRUNI, 2005; EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999; MYERS, 2000), por outro, há autores que buscam enquadrar estudos qualitativos nos pressupostos do positivismo e conduzem pesquisas baseadas nos critérios de validade (de construto, interna e externa) e confiabilidade (YIN, 2005; LATHER, 1986; JUNIOR, LEÃO e MELLO, 2011; LATHER, 1986).

Mantendo uma perspectiva indutiva e se afastando dos pressupostos do positivismo, Eisenhardt (1998) faz uma contribuição significativa, quando apresenta um vasto conjunto de recomendações que podem, segundo a autora, minimizar as limitações e atribuir um caráter científico a pesquisas desta natureza. A autora recomenda que estudos qualitativos acessem diferentes níveis do fenômeno estudado; que a lógica indutiva deva ser preservada; que o processo de pesquisa seja flexível para que sua condução seja guiada pelos dados obtidos em campo; análises de múltiplos casos; uso de múltiplas fontes de evidências e a triangulação dos dados; a participação de mais de um pesquisador; que as evidências e corpus da pesquisa sejam

devidamente registrados e que a análise dos dados seja sistematizada e confrontada com a teoria. Um dos pontos centrais da discussão a respeito do aproveitamento de dados qualitativos em estudos científicos envolve diretamente seu processo de análise (YIN, 1981; EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999).

Semelhantemente, mas sem se submeter aos critérios do positivismo, Langley (1999) reconhece que o desafio da análise de dados qualitativos advém de seu caráter fenomenológico (sequências de eventos), da dificuldade em determinar os níveis ou unidades de análise e do fato de frequentemente envolver sentimentos, pensamentos e interpretações. Contudo, a autora apresenta uma série de estratégias de análise de dados que possuem forte impacto na natureza da teoria que emerge a partir deste tipo de pesquisa. As estratégias sugeridas são: trabalhar com a construção de narrativas, quantificação dos dados, utilização de diferentes modelos teóricos, indução de teoria por meio da *Grounded Theory*, utilização de ilustrações e elementos visuais; análise temporal e utilização de teorias sintéticas. Por outro lado, há autores que propõe a utilização de critérios próprios do positivismo para avaliação e validação dos conhecimentos adquiridos por meio de estudos qualitativos (YIN, 2005; JUNIOR, LEÃO e MELLO, 2011).

Esses estudos podem se utilizar de diversos “mecanismos” para minimizar seu caráter subjetivo e impreciso, com vistas a alcançar níveis considerados aceitáveis de validação e confiabilidade. Enquanto a confiabilidade trata da possibilidade de reaplicação do estudo e da probabilidade de se alcançar as mesmas conclusões, caso seja replicado, o critério de validade diz respeito à quão fidedigno é uma teoria no que se refere à sua capacidade efetiva de medir os elementos e explicar o fenômeno em questão. Tal critério pode ser desmembrado em três categorias: construto, validade interna e validade externa. A validade de construto exige que o pesquisador desenvolva um conjunto de medidas operacionais para mensurar uma estrutura teórica, eliminando subjetividade. A validade interna se relaciona com a capacidade das sínteses e proposições explicarem o fenômeno estudados dentro de seu próprio contexto. Já a validade externa trata da possibilidade de extrapolação da teoria do cenário específico onde o estudo foi realizado, para outros ambientes não pesquisados diretamente (YIN, 2005; JUNIOR, LEÃO e MELLO, 2011;)

A triangulação, outro mecanismo conhecido, é recomendada por uma série de pesquisadores, independente de sua posição epistemológica (JUNIOR, LEÃO e MELLO, 2011; EISENHARDT, 1998; YIN, 2005; LATHER, 1986; BRUNI, 2005; STAKE, 1982; FLICK, 2007). Para os que consideram os critérios de validade e confiabilidade, a triangulação é considerada uma prática recomendável. Entende-se por triangulação a utilização de múltiplos métodos e tipos de dados em um processo de investigação de um mesmo fenômeno. A triangulação pode ser realizada por meio da utilização de múltiplas fontes de informação, pesquisadores, métodos e/ou teorias. Flick (2007) ainda apresenta dois métodos de triangulação que poderiam se adaptar melhor aos estudos qualitativos, que seriam a triangulação de perspectivas, que prevê a utilização de uma abordagem específica para análise das estruturas em que um determinado fenômeno está inserido e outra específica para avaliação dos significados, na perspectiva do interacionismo simbólico. Já a triangulação de nível, consiste na realização de esforços para avaliação de um determinado fenômeno em nível micro, de um grupo de indivíduos, e macro, de suas interações com os ambientes e com a estrutura.

Contudo, há que se mencionar uma corrente de pesquisadores contrária ou que possui ressalvas à triangulação. Neste ponto, Flick (2007), Silverman (1985) e Lather (1986) concordam com Glaiser e Strauss (1967) ao sugerir que o julgamento de pesquisas qualitativas deve utilizar outros critérios de qualidade, diferentes dos adotados pelo positivismo. Para Silverman (1985), a utilização de múltiplos métodos pode dificultar a compreensão dos fenômenos complexos, ao invés de ajudar. Para o autor, utilizar a triangulação como forma de validação implica em compreender que existe somente uma realidade ou uma única concepção

sobre o(s) sujeito(s) investigado(s). Além disto, misturar teorias e métodos seria o mesmo que negligenciar as diferenças, as forças e limitações de cada um.

Lather (1986) se propõe a apresentar um novo conceito de validade, que se adeque melhor aos estudos que ele denomina de “ideologicamente abertos”. Consoante com uma visão mais próxima do pós-modernismo, a autora questiona o ideal da neutralidade e defende a criação de teorias emancipatórias. A autora, em concordância com Myers (2000), defende que os pesquisadores se preocupem menos com os critérios de validade impostos pelo positivismo e adotem procedimentos que lhes permitam se ocupar mais com a prática de sua pesquisa, na sua utilidade e nos elementos que efetivamente possam lhes conferir mais credibilidade.

Neste ponto, além da triangulação, já mencionada, Lather (1986) sugere que os pesquisadores desenvolvam a capacidade de autoavaliação (validade reflexiva) que poderiam exercer a função da validade interna e de construto e que aplique a noção de validade catalítica. A validade catalítica refere-se ao grau em que o processo de pesquisa reorienta, enfoca e energiza os participantes da pesquisa em termos de conscientização em relação ao fenômeno estudado. Ultrapassa a ideia de revisão com os informantes chave (validação comunicativa) também sugerida pelo autor, e estimula o processo de empoderamento dos entrevistados, de modo a estimular a autoavaliação ou autoconsciência.

3. Retomando o debate sobre generalizações em pesquisas qualitativas

O debate sobre a generalização em pesquisas qualitativas ainda é complexo, amplo e carece de fundamentação apoiada em argumentos metodológicos, epistemológicos e a análise de como as teorias são construídas. Mais do que isso, a busca pela generalização por si só, é uma herança positivista. Sob o ponto de vista metodológico, a discussão sobre validade e confiabilidade de estudos qualitativos envolve pré-requisitos para que os resultados de uma pesquisa possam obter credibilidade, por meio do cumprimento do rigor científico, para que se possa pleitear sua generalização. Conforme Mattos (2011, p. 451) a generalização é “a inferência de qualidade de casos singulares, ou unidades de análise circunscritas, para outros casos, unidades ou conjunto deles, que de fato, não foram objeto de observação e análise, mesmo que sua ocorrência seja probabilisticamente restrita”. A discussão sobre a possibilidade de generalizar conhecimentos oriundos de estudos que utilizam perspectivas paradigmáticas e metodológicas divergentes do positivismo é antiga nos estudos organizacionais (DENZIN; LINCOLN, 2006; MATTOS, 2011).

Flick (2007) defende que, para o uso da triangulação como método de validade, inicialmente o sujeito da pesquisa deveria ser objetivado. Contudo, questiona qual resultado de pesquisa seria preferido, caso os resultados sejam divergentes. O autor propõe que a combinação de métodos deve ser feita não com vistas à confirmação da verdade, mas como uma forma de alcançar maior profundidade. Além disto, em concordância com Glaiser e Strauss (1967), defende que os critérios de validade dos estudos qualitativos devam se concentrar no controle e na descrição do processo de pesquisa, de modo a demonstrar que os vieses de subjetividade pessoais dos pesquisadores foram superados. Neste ponto, os autores concordam que tais práticas poderiam levar a bases mais sólidas para construção de teorias.

O critério de confiabilidade trata da possibilidade de reavaliação do estudo e da probabilidade de se alcançar as mesmas conclusões caso seja replicado. Já o critério de validade diz respeito à quão fidedigno é uma teoria no que se refere à sua capacidade efetiva de medir os elementos e explicar o fenômeno em questão. Tal critério pode ser desmembrado em três categorias: construto, interna e externa. A validade de construto exige que o pesquisador desenvolva um conjunto de medidas operacionais para mensurar uma estrutura teórica, evitando a subjetividade. Já a validade interna se relaciona com a capacidade das sínteses e proposições explicarem o fenômeno estudado dentro de seu próprio contexto. Já a validade externa trata da

possibilidade de extrapolação da teoria do cenário específico onde o estudo foi realizado, para outros ambientes não pesquisados diretamente (YIN, 2001; PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011).

Um dos pontos centrais sobre o aproveitamento de dados qualitativos em estudos científicos envolve seu processo de análise (YIN, 2001; EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999). Sem se submeter aos critérios do positivismo, Langley (1999) reconhece que o desafio da análise de dados qualitativos advém de seu caráter fenomenológico (sequências de eventos), da dificuldade em determinar os níveis ou unidades de análise e do fato de frequentemente envolver sentimentos, pensamentos e interpretações. Contudo, a autora apresenta uma série de estratégias de análise de dados: construção de narrativas, quantificação dos dados, utilização de diferentes modelos teóricos, indução de teoria por meio da *grounded theory*, utilização de ilustrações e elementos visuais; análise temporal e utilização de teorias sintéticas. Boa parte das recomendações para qualificação dos estudos qualitativos de Eisenhardt (1998) e Langley (1999) coincide com as sugestões de Yin (2001). Além das já citadas, vale destacar a ênfase dada no que se refere à importância da utilização de casos múltiplos para o alcance da validação externa ou da possibilidade de generalização. É coincidente a posição dos autores que reconhecem alguma possibilidade de generalização a partir de estudos qualitativos, a necessidade de utilização de casos/estudos múltiplos (EISENHARDT, 1998; LANGLEY, 1999; YIN, 2001; LATHER, 1986; RIDDER, HOONAND; McCANDLESS, 2009).

Contudo, o que diferencia a posição de Yin (2001) dos demais autores pesquisados é a ideia de generalização teórica. Para o autor, as teorias desenvolvidas por meio de estudos de caso não são passíveis de generalização estatística. Entretanto, por meio da lógica da replicação, é possível chegar a explicações confiáveis sobre os enlaces causais existentes em determinados fenômenos, mesmo que não seja possível estimar a extensão ou a plausibilidade de sua ocorrência, em contextos diferentes daqueles nos quais o estudo foi realizado. Outra ideia sobre generalização a partir de estudos qualitativos ou “ideologicamente abertos” é o conceito de “generalização naturalística” apresentado por Stake e Trumbull (1982). Apesar de pouco explícito, tem-se que a pesquisa qualitativa pode assumir o caráter de “paradigma epistemológico” quando se analisa as colocações de Myers (2000) e Stake e Trumbull (1982). Stake e Trumbull (1982) defendem que a generalização naturalística deriva da experiência vicária e da intuição dos envolvidos. Este processo pode envolver a triangulação com outras fontes de informação e até mesmo com outros estudos. Para Myers (2000) a generalização naturalística pode ser considerada como um estágio do conhecimento, o qual ainda não foi submetido a testes lógicos ou empíricos que caracterizam a generalização indutiva, formalmente aceita pela ciência.

Alguns estudos avançaram na tentativa de se obter contribuições teóricas a partir de alguns métodos qualitativos, principalmente o estudo de casos. Eisenhardt (1998) defende que é possível obter contribuições teóricas a partir de estudos de caso e que os métodos qualitativos podem servir para testar ou desenvolver teorias. A autora afirma que as teorias oriundas de estudos de caso e análises qualitativas possuem como pontos fortes a capacidade de inserir novos *insights* ao quadro teórico, uma vez que as proximidades com o contexto e a justaposição da análise de múltiplas evidências lhe conferem maior capacidade de compreensão do fenômeno estudado. Contudo, reconhece que tais teorias tendem a apresentar baixa parcimônia e limitado poder de extrapolação. Por acessar “de perto” os fenômenos e obter um rico conjunto de dados, tais teorias tendem a ser complexas e perder a sua simplicidade.

Além disto, reconhece o caráter “narrativo” ou idiossincrático que alguns destes estudos podem assumir. O baixo poder de generalização leva Eisenhardt (1998), Ridder, Hoonand e McCandless (2009) a considerarem tais teorias como de “médio alcance” ou “modestas”. Tal posição encontra aderência com as colocações de Yin (2001) sobre “generalização teórica”, com Langley (1999) sobre “teorias sintéticas” e com Lather (1986) sobre “teorias

emancipatórias”. Sendo assim, com base na discussão sobre as contribuições teóricas e a possibilidade de generalização a partir de estudos qualitativos, verifica-se que: a generalização estatística não pode ser alcançada exclusivamente por meio deste tipo de estudo; é possível obter generalizações de médio alcance ou teóricas a partir de estudos que envolvam a investigação de múltiplos casos; os estudos qualitativos podem servir como testes de falseamento de teorias e hipóteses, para ampliação ou refinamento de teorias já existentes ou como método de indução de novas teorias.

4. À guisa de uma conclusão

O objetivo desse ensaio foi retomar o debate que pertence ao grupo de estudos que discutem a pesquisa e a cientificidade na Administração, e foi direcionado especificamente para o debate acerca da confiabilidade, validade e reconhecimento de resultados de pesquisas que utilizam abordagens qualitativas. O artigo foi conduzido a partir de uma revisão da literatura que resgatou as principais contribuições de estudos realizados por autores que se dedicaram a temática. Embora reconheça-se que as pesquisas qualitativas têm ocupado cada vez mais espaço na Administração e que algumas áreas da disciplina parecem ter superado a desconfiança que paira sobre sua validade e confiabilidade, ainda parece ser substancial refletir sobre a hegemonia do paradigma dominante, do respeito e liberdade de escolha do pesquisador, e do lugar da abordagem qualitativa na Administração. Observa-se que o tom dos debates conduzidos por autores reconhecidos no campo, configura-se na busca pelo reconhecimento científico da pesquisa qualitativa, a partir de dois caminhos: seja usando critérios de cientificidade de pesquisas quantitativas, seja por caminhos criados especificamente para a abordagem qualitativa.

De igual modo, o debate sobre generalizações sustenta-se na ideia de cientificidade e suscita argumentos metodológicos e epistemológicos sobre a análise de como as teorias são construídas. Sob o ponto de vista metodológico, a discussão sobre validade e confiabilidade de estudos qualitativos envolve os pré-requisitos básicos para que os resultados de uma pesquisa possam obter credibilidade, por meio do cumprimento do rigor científico, de modo que se possa pleitear a generalização. Para pesquisadores adeptos de uma visão pós-moderna, a avaliação de estudos científicos por meio exclusivo de sua capacidade de generalização ou pela apresentação de leis e proposições que sejam válidas para diferentes contextos ou públicos e que sejam atemporais, é tola, utópica e ingênua. Tola porque não reconhece as inúmeras contribuições que um estudo de descrição densa ou idiossincrática pode trazer para o desenvolvimento do saber científico. Utópica, pois, para que se possam criar teorias ou proposições que sejam generalizáveis, os pesquisadores têm lançado mão de pressupostos e elementos condicionantes, que levam o estudo para a suposição de um cenário que se afasta da realidade onde o estudo foi aplicado. Ingênua, por considerar que existe apenas uma realidade e que esta permanecerá inalterada ao longo do tempo. (MYERS, 2000; MATTOS, 2011; LATHER, 1986; RIDDER, HOONAND e McCANDLESS, 2009).

Para acessar os fenômenos sociais, a perspectiva simbólica e os elementos psicossociais, que norteiam os comportamentos é fundamental que se utilizem métodos de investigação flexíveis, que se ocupem em captar e interpretar as diversas evidências disponíveis no campo de pesquisa (ROSSI e HOR-MEYLL, 2001; RIDDER; LATHER, 1986; YIN, 1981; ARNOULD e WALLENDORF, 1994; EISENHARDT, 1998). Sendo assim, boa parte dos autores defendem que tanto a descrição, como a compreensão profunda do objeto estudado podem ser extremamente úteis para o desenvolvimento do conhecimento científico, uma vez que podem servir para a indução de novas teorias e para obtenção de novos *insights* para pesquisa (EISENHARDT, 1998; GLAISER e STRAUSS, 1967; LANGLEY, 1999; MYERS, 2000; RIDDER, HOONAND e McCANDLESS, 2009). Para Myers (2000), o principal ponto

positivo da pesquisa qualitativa é a profunda exploração, que resulta em detalhes suficientes, que compensam a idiosincrasia da situação.

No resgate acerca da história da ciência, Santos (2010) narra o discurso da ciência do paradigma dominante na modernidade, passando pelo que o autor nomeia de “crise da modernidade”, até chegar ao período atual, em que se vive, segundo o autor, um período de transição, quando emerge um “novo paradigma”. Para o autor, historicamente, as Ciências Sociais se organizaram em duas principais vertentes, a primeira de natureza positivista e a segunda, embora apresente elementos de transição, que denotariam uma crise, pois apresenta elementos de mudanças, mas que não significam ainda, um rompimento. A primeira considera as ciências naturais como o único modelo de conhecimento válido e, portanto, reconhece e utiliza suas abordagens metodológicas e epistemológicas a segunda assume que as ciências sociais devem possuir abordagens epistemológicas e metodológicas próprias, pois sendo o comportamento humano subjetivo, o modo de fazer ciência deve também ser subjetivo. Ambas vertentes, contudo, na opinião do autor, ainda representam concepções da ciência moderna.

Para Santos (2010), o rompimento com esse pensamento inicia-se a partir do momento em que o “novo paradigma” começa a se consolidar, que, de acordo com o autor, não é apenas um paradigma científico, mas é também um paradigma social. Ao descrevê-lo dessa maneira, o autor rompe com a clássica distinção entre Ciências Naturais e Ciências Sociais, entre a natureza/ser humano, pois há no novo paradigma uma tendência para o conhecimento não dualista, que supera as distinções dicotômicas, e que conduz a uma nova valorização dos estudos humanísticos. Dessa maneira, o novo paradigma conduz a uma intertextualidade entre as ciências, já que não há mais dicotomias estanques nem separações, não há divisões entre os campos, antes o que há é uma ligação que se entrecruzam, à medida que o objeto de estudo se amplia, o conhecimento cresce e progride em busca de novas interfaces, mas todo o saber científico navega em um *continuum*, que passa a valorizar mais o saber, do que o saber sobre o saber.

Por trás desse intenso debate, que se estende por décadas, encontra-se uma discussão de ordem político-epistemológica do campo, vinculada necessariamente a origem sócio-histórica da disciplina, com bases essencialmente positivistas e funcionalistas, assim como das disputas de distintos posicionamentos e a busca por legitimidade e reconhecimento. Reconhece-se a importância e o valor dos debates e disputas por legitimidade e reconhecimento, pois são essenciais para os processos de manutenção e reprodução de crenças, assim como para a construção da identidade do campo. Apesar disso, este ensaio não teve a intenção de esgotar a discussão, e nem poderia fazê-lo, ainda que assim o quisesse, pois reconhece-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido neste sentido, mas ele traz duas contribuições ao campo, quais sejam, servir de referência tanto para pesquisadores iniciantes no campo, como para convidar aqueles que se interessam pela discussão a se unirem ao debate, a fim de promover a discussão.

Como desfecho, ressalta-se a importância de abordagens alternativas, sem o abandono dos percursos tradicionais. Reconhece-se que é preciso superar o (de)embate por meio de uma atitude científica reflexiva e crítica, sem excluir ou fragmentar, mas integrando e englobando. Considera-se a pertinência de todos os paradigmas, reconhecendo seus pressupostos, pensamentos e objetivos, distintos entre si, e que cabe ao pesquisador, definir, a partir de suas próprias crenças, trajetória de vida e acadêmica, simultaneamente ao tema, pergunta e objetivos de sua pesquisa científica, seu posicionamento (GUBA; LINCOLN, 1994; PATTON, 2002). Sem abandonar a ideia de que na contemporaneidade, o modo de fazer ciência se circunscreve em um contexto que prestigia as diferenças, a pluralidade, e a aproximação das diversas disciplinas, que agrega vários saberes e pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano, pressupõe uma atitude diferente (SANTOS, 2006).

Referências

- ABU-LUGHOD, L. Writing against Culture. In: *Anthropology in Theory: Issues in Epistemology*, Moore, H. & Sanders, T. (eds). Oxford: Blackwell Publishing, p. 466–479, 2006.
- ARNOULD, E.; WALLENDORF, M. Marketing-oriented Ethnography: interpretation building and marketing strategy formulation. *Journal of Marketing Research*, v. 31, p. 484-504, 1994.
- ASKEGAARD, S.; LINNET, J. T. Toward an epistemology of consumer culture theory: phenomenology and the context of context. *Marketing Theory*, 11(4), p. 381-404, 2011.
- BARBOSA, L. Marketing etnográfico: colocando a etnografia em seu devido lugar *Revista de Administração de Empresas - RAE*. 43(3), p. 100-105, 2003.
- BRANNEN, M. Y. *Using multiple case studies to generalize from ethnographic research*. 124-45, 2011.
- BRITTEN, N., STEVENSON, F. A., BARRY, C. A. BARBER, N.; BRADLEY, C. P. Misunderstandings in prescribing decision in general practice: qualitative study. *British Medical Journal*, 320(7233), p.484–488, 2000.
- BRUNI, A. Shadowing Software and Clinical Records: On the Ethnography of Non-Humans and Heterogeneous Contexts. *Organization Articles*. 12(3), p. 357–378, 2005.
- BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis: elements of the sociology of corporate life*. London: Heinemann, 1979.
- CAMPBELL, R., POUND, P., POPE, C., BRITTEN, N., PILL, R., MORGAN, M., DONOVAN, J. Evaluating meta-ethnography: a synthesis of qualitative research on lay experiences of diabetes and diabetes care. *Social science & medicine*, 56(4), 671-684, 2003.
- CESARINO, L. Antropologia multissituada e a questão de escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-brasileira. *Horizontes Antropológicos*, 20(41), p. 19-50, 2014.
- COLLINS, A. M., LOFTUS, E. F. A Spreading Activation Theory of Semantic Processing. *Psychological Review*, 82, p. 407-428, 1975.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- DIXON-WOODS M., AGARWAL S., JONES, D., YOUNG B.; SUTTON A. Synthesising qualitative and quantitative evidence: a review of possible methods. *Journal of Health Service Research & Policy*.10(1), p. 45-53, 2005.
- EISENHARDT, K. Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- FLICK, U. *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas públicas: além da amostra, da fidedignidade e da validade. IN: Bauer, M. W.; Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GROULX, L. *Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social*. In: Poupart, J. et al. *A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

HASTRUP, K. Getting It Right: Knowledge and Evidence. *Anthropology. Anthropological Theory*, 4, p. 455–472, 2004.

IKEDA, A.; PEREIRA, B.; GIL, C. Etnografia em Marketing, uma discussão inicial. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 12(4). p. 76-101, 2006.

LAPLATINE, F. *O que é imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LANGLEY, A. Strategies for Theorizing from Process Data. *Academy of Management Review*, 24(4), p. 691-710, 1999.

LATHER, P. Research as praxis. *Harvard Educational Review*, 56(3), p. 257-277, 1986.

LEACH, E. *Rethinking Anthropology*. New York: Athlone Press, 1982.

LEE, R. P., HART, R. I., WATSON, R. M., RAPLEY, T. Qualitative synthesis in practice: some pragmatics of meta-ethnography. *Qualitative Research*, 2014.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29, 2002.

MATTOS, P. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(Ed. Especial), 450-468, 2011.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117, 1995.

MEZABARBA, S. R.; GOIDANICH, M. E. A Pesquisa do Consumo no Ambiente Urbano. In: Mezabarba, S. R.; Goidanich, M. E. *Etnografias Possíveis: Experiências etnográficas sobre consumo no ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014.

MILES, M. B. Qualitative data as an attractive nuisance: the problem of analysis. In: *Administrative Science Quarterly*. 24(4), p. 590-601, 1979.

MYERS, M. Qualitative research and the generalizability question: Standing firm with Proteus. *The qualitative report*, 4(3/4), 1-9, 2000.

NOBLIT, G.W. & HARE, R.D. *Meta-Ethnography: Synthesizing Qualitative Studies*. London: Sage, 1988.

OLIVEIRA, J. S. As Emoções como Práticas Políticas: Uma Etnografia Multissituada sobre o Circo Contemporâneo no Contexto Brasil-Canadá. Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad. Gramado, RS, Brasil, 2014.

PAIVA JÚNIOR, F. G., LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 190-209, 2011.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*: Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINA-CABRAL, J. Sem palavras: Etnografia, hegemonia e quantificação. *Mana* 14(1), p. 61–86, 2008.

RIAL, C.; SILVA, S. R.; SOUZA, A. M. *Consumo e Cultura Material: Perspectivas etnográficas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

RIDDER, H.; HONNAND, C.; McCANDLESS, A. *The Theoretical Contribution of Case Study Research to the Field of Strategy and Management*. In: Ketchen, D. & Bergh, D. (Eds.): *Research Methodology in Strategy and Management*, v. 5, Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2009.

RIZZO, T. A.; CORSARO, W. A. Social support processes in early childhood friendship: a comparative study of ecological congruences in enacted support. *American Journal of Community Psychology*, 23, 389-417, 1995.

SHADIISH, W. R. Logic of Generalization: Five Principles Common to Experiments and Ethnographies. *American Journal of Community Psychology*, 23(3), p. 419-428, 1995.

STAKE, R.E.; TRUMBULL, D.J. Naturalistic generalization. *Review Journal of Philosophy and Social Science*. 7(1-2), p. 1-12, 1982.

STRIKE, K.; POSNER, G. *Types of synthesis and their criteria*, In: *Knowledge Structure and Use: Implications for Synthesis and Interpretation*. Ward, A. S. & Reed, L. J. (eds.). Philadelphia: Temple University Press, 1983.

SUNDERLAND, P. L.; Denny, R. M. *Doing Anthropology in Consumer Research*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

VIEGAS, S. D. M. Can anthropology make valid generalizations? Feelings of belonging in the Brazilian Atlantic Forest. *Social Analysis*, 53(2), 147-162, 2009.

YIN, R. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. The case study crisis: Some answers. *Administrative Science Quarterly*, 26(1), 58-65, 1981.